

ATA DA 45ª REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE –
COEMA, REALIZADA EM 19 DE
SETEMBRO DE 2011.

1
2
3
4
5

6

7 Aos 19 dias do mês de SETEMBRO de dois mil e onze, no Auditório da Secretaria
8 Estadual de Meio ambiente - SEMA, sito à Travessa Lomas Valentinas, nº 2717,
9 Marco, Belém/PA, realizou-se, a 45ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de
10 Meio Ambiente – **COEMA**, sob a presidência da Dra. **Teresa Luisa Mártires Coelho**
11 **Cativo Rosa**, Secretária Estadual de Meio Ambiente e com a presença de
12 Conselheiros e convidados. Dando início à 45ª Reunião Extraordinária do COEMA,
13 passou à seguinte pauta com as palavras da Presidente: **I- Abertura:** Bom Dia, hoje
14 se inicia a quadragésima quinta reunião do nosso conselho, onde da abertura eu
15 queria me reportar à reunião anterior, perguntar se tem alguém aqui representando o
16 Ministério Público? Então na ausência do representante do Ministério Público que
17 pediu vistas sobre a questão do CCIR eu acho que nós podemos seguir a nossa pauta
18 como está colocada aos senhores. Bom, começaríamos pela leitura e discussões das
19 atas da 42ª e 43ª reunião extraordinária do COEMA e também eu gostaria para efeito
20 de tempo e resultado que ficasse condicionada a leitura dos senhores e depois
21 mandasse por e-mail qualquer discordância com relação ao texto. **Dr. Xavier:**
22 Secretária como foi distribuída antecipadamente eu pediria inclusive a dispensa da
23 leitura. **Dra. Teresa:** Pois não, então nós fizemos as correções devidas do texto da
24 42ª, que quando eu cobrei da minha equipe eles já tinham feito, mas na hora de rodar,
25 rodaram a que não estava já definitiva e aí então as correções foram feitas e se
26 ninguém tiver nada a opor nós vamos considerá-las como aprovadas. Na ordem do dia
27 o primeiro assunto diz respeito à deliberação da composição da câmara técnica para
28 julgamento de processos punitivos. Na reunião passada foi levantada por um
29 conselheiro a necessidade de nós deliberarmos sobre uma câmara técnica específica
30 em função do elevado número de processos que têm, não só distribuídos, como
31 também ainda conosco na secretaria do Conselho. Como faz parte ainda da ordem do
32 dia a elaboração da câmara técnica da revisão do regimento, penso eu, que deveria
33 essa análise de processos punitivos não vir para ser distribuída pelo Conselho, ela
34 viria depois de uma análise, por quê? Porque isso foi uma coisa que acabou se
35 decidindo internamente na SEMA e que ao final acabou congestionando o Conselho
36 não se avançando do ponto de vista da secretaria e a gente poderia trabalhar
37 conforme eu já me manifestei, mais ou menos próximo como se tem na SEFA, onde a
38 gente tem uma câmara que antes de ir para o Tribunal de Julgamento a gente
39 pudesse fazer a análise desses pedidos que vem com relação a esses autos, caso
40 concordemos hoje, nós deixaríamos para tratar a deliberação do primeiro item já na
41 avaliação e propositura da mudança de regimento, se houver concordância ou se
42 houver outra idéia. Porque no regimento a gente já pode trabalhar outra idéia. Bom, já
43 que houve concordância de todos, nós então passaríamos para a deliberação da
44 composição da câmara técnica, eu diria, para a revisão e adequação do regimento
45 interno do COEMA, então como senhores a palavra. Quem se manifesta? Se não
46 houver manifestação eu vou propor, vou escolher. Bom, eu vou começar com
47 indicação do representante Dr. Justiniano Netto porque tem sido o nosso assessor

48 jurídico do COEMA, então eu pergunto quais dos órgãos aqui gostariam de se fazer
49 representar? Dr. Evaldo que acabou de chegar, nosso bom dia, já faz parte então
50 dessa câmara técnica. **Dr. Justiniano:** Ele tem cadeira cativa. **Dra. Teresa:**
51 Federação da Agricultura, Secretaria de Pesca, FETIPA, Dr. Zurita que representa a
52 ONG IDA. **Marco Antônio Carrera, representando os servidores da SEMA:** Um
53 representante do Sindiambiental. **Dra. Teresa:** Bom, um representante não do
54 sindiambiental, que o sindicato não tem representação aqui nesta câmara, no nosso
55 conselho tem um representante dos servidores da SEMA que nós propusemos que
56 fosse o sindicato, então um representante do servidor da SEMA. Bom, a SEPAQ está
57 na condição de convidada, então nada a impede também que tendo o conselho formal,
58 possamos convidar especialistas que nos ajudem na elaboração da revisão do
59 regimento, então estando composta a câmara que seria: FIEPA, FAEPA, OAB, SEMA,
60 FETIPA. Secretário de agricultura o senhor não gostaria que a sua secretaria tivesse
61 representação. **Dr. Hildegado Nunes, representante da SAGRI:** Secretária,
62 naturalmente eu tenho todo o interesse de contribuir, mas já quero aqui valer, só para
63 nos atentarmos, porque nas câmaras técnicas está o pressuposto dos quatro
64 componentes. **Dra. Teresa:** É, nós já excluimos aqui. Nós colocamos aqui os quatro e
65 colocamos os demais pela natureza do assunto que vamos tratar que diz respeito a
66 todos, ainda mais, quero lembrar que nós estamos com a possibilidade da aprovação
67 da Assembleia Legislativa ainda esse ano, do fortalecimento do nosso sistema
68 estadual de meio ambiente com mudanças significativas, com a criação do instituto de
69 águas, então é muito importante que a gente dê uma densidade para essa câmara
70 técnica que vai estudar a revisão do regimento. Alguém quer se manifestar sobre o
71 assunto? **Com a palavra o representante do IDEFLOR Ednei Barbosa:** O IDEFLOR
72 gostaria de participar também. **Dra. Teresa:** Inclua o IDEFLOR. Bom, está composta a
73 câmara. **Tomou a palavra o secretário de Pesca Henrique Sawaki:** Eu queria fazer
74 uma solicitação em que a secretaria com essa área de pesca e aquicultura não faz
75 parte da composição do COEMA e nós gostaríamos que ela fosse incluída, pois, como
76 ela é uma entidade nova e a formação foi anterior a criação da SEPAQ, nós
77 gostaríamos que ela fosse incluída no Conselho, porque toda a atividade aquícola e
78 pesqueira cabe a nós participarmos e gostaríamos que entrasse em votação ou
79 consenso para poder fazer parte do conselho. **Dra. Teresa:** Nós estamos trabalhando
80 para isso, floresta, pesca, água, a gente não pode deixar de ver como vetores de
81 desenvolvimento estratégico do Estado na nossa propositura da adequação da
82 estrutura da nossa secretaria que o governador tão bem entendeu e deu uma
83 dimensão muito maior, criando inclusive um instituto de águas. Eu não posso ainda
84 garantir 100%, porque ele encaminha o projeto e a Assembleia Legislativa vai votar
85 esse projeto, mas o nosso Conselho ganha uma estatura maior, ele passa a estar
86 vinculado a nossa secretaria especial, porque estamos como SEMA, ligado a ela. A
87 SEMA cria a estatura de ser a grande secretaria responsável pela política, mas todas
88 as vinculações vão se dar a partir dessa secretaria. Aí nós vamos ter um conselho
89 que vai ter os olhos para o IDEFLOR, para o instituto de águas, para SEMA e assim
90 por diante. Então eu acho que ganhamos todos nós como política de governo e o
91 nosso conselho passa a ter a estatura que lhe cabe. **Dr. José Leal:** Bom dia
92 presidente, eu sou representante da ONG suplente e queria aproveitar esse momento
93 para levantar uma questão, uma reflexão. O que faz uma ONG suplente no COEMA?
94 Eu procurei participar no ano passado e neste ano de todas as reuniões e confesso
95 que represento inclusive um setor que considero fundamental no Estado que é o

96 mineral e a gente não consegue ter uma participação efetiva, a não ser nos momentos
97 das reuniões, então eu gostaria de aproveitar esse momento e dizer primeiro que nós
98 queremos participar e segundo que a gente possa fazer uma reflexão em cima dessa
99 questão, por que são apenas duas ONGs com atividades voltadas para as questões
100 ambientais, mas de interesses às vezes diferentes. A IDA que é a ONG titular se fez
101 presente também em todas as reuniões e nós ficamos praticamente como ouvintes,
102 quando muito fazendo intervenções sem poder efetivamente participar. Eu gostaria
103 muito que isso fosse observado e refletido para que a gente possa ocupar essa ONG
104 que se faz presente e se representa aqui de outra forma, obrigado. **Dra. Teresa:**
105 Alguém quer se posicionar sobre a colocação do conselheiro? **Toma a palavra o**
106 **Convidado Dr. Xavier:** Secretária, esse conselho têm proporcionado algumas alegrias
107 e eu estou vendo uma delas aqui agora vendo o LEAL se oferecendo para trabalhar.
108 Nós queremos sim! Queremos ele, logicamente que o suplente é expectativa, pois na
109 ausência do titular ele assume, mas de qualquer maneira nós temos permitido a
110 presença dos suplentes inclusive no conselho, eu acho também que poderíamos
111 trazer para as câmaras técnicas e uma figura na qualidade dessa a gente não pode
112 dispensar nesse conselho não. Eu vejo com tanta alegria esse oferecimento do Leal.
113 **Dra. Teresa:** Mais alguém? Bom, então nós não só agradecemos a manifestação do
114 interesse do Dr. Leal, nós ratificamos as palavras do Dr. Xavier. Eu quero fazer um
115 registro das reuniões já realizadas sob a minha coordenação, elas têm sido abertas,
116 elas têm sido participativas e quanto mais massa crítica nós tivermos aqui dentro para
117 pensar na questão ambiental que é tão estratégica, necessária para o nosso Estado,
118 melhor nós vamos ter condições de deliberar sobre assuntos aqui tratados. Bom,
119 então ficamos acordá-los que trataremos da questão de julgamentos de processos
120 punitivos quando estudarmos a revisão do regimento, como nós já selecionamos aqui
121 e já deliberamos sobre a câmara técnica, nós pela secretaria e pela SEMA, vamos
122 tomar todas as providências necessárias para o levantamento das informações,
123 organização, tudo para que possamos então ter a primeira reunião da câmara técnica
124 com esse material disponível para nós podermos trabalhar. Outro item da pauta diz
125 respeito à possibilidade de liberação de licença apenas com apresentação do
126 protocolo do CCIR com ou sem autenticidade do título e na última reunião foi pedido
127 vistas pelo Ministério Público e eu quero submeter aos senhores se deixamos em
128 aberto até que o conselheiro possa se manifestar sobre o assunto. **Dr. Xavier:** Isso é
129 dá maior importância para o governo do Estado, então como o Ministério Público pediu
130 vistas, então nós devemos aguardar a apresentação do relatório do Ministério Público.
131 **Dra. Teresa:** Todos concordam? Então aprovado. Prosseguindo nós teríamos a
132 apresentação do parecer formulado pela câmara técnica de recursos pesqueiros e da
133 minuta de resolução que dispõe sobre critérios da caracterização de atividades e
134 empreendimentos aquícolas sustentável da agricultura familiar, empreendedor rural
135 familiar entre os povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins
136 de produção, intervenção e recuperação de áreas de APP e outras providências para
137 ser apreciada e discutida na manhã de hoje em nossa reunião. **Com a palavra o**
138 **relator presidente da câmara técnica específica Dr. Justiniano Netto:** Bom dia a
139 todos. Colegas, secretária, ainda não será possível relatar essa resolução ao plenário,
140 emitir nosso parecer, porque nós não reunimos a Câmara de Recursos Pesqueiros,
141 nós fizemos a convocação na sexta-feira passada e o tempo foi muito curto,
142 recebemos com menos de duas semanas para poder convocar câmara, reunir, fazer
143 parecer, mas, então convocamos na sexta-feira passada, a reunião será agora dia 23,

144 na próxima sexta-feira, eu já dei uma estudada no assunto e vejo que a proposição
145 que nos foi encaminhada pelo departamento técnico da SEMA é pertinente e tem
146 amparo legal, basicamente o que a SEMA espera é que este Conselho aprove a
147 possibilidade de empreendimentos aquícolas não maiores que três hectares. São
148 tanques de piscicultura de no máximo 3 hectares pelo que vi aqui e que estejam
149 situados nas áreas de APP e a possibilidade de legalizar e regularizar esses tanques
150 que já estão implementados. Essa proposição encontra amparo na resolução 369 do
151 CONAMA que estabelece uma série de atividades que podem ser consideradas de
152 pequeno impacto ambiental e que podem ser exercidas na APP, então lá no artigo 11,
153 dessa resolução 369, de 2006, ela diz: considera-se intervenção ou supressão de
154 vegetação eventual e de baixo impacto em APP, aí vai traçando uma série de
155 hipótese, como: abertura de pequenas vias de acesso, implantação de corredor de
156 acesso de pessoas e animais para obtenção de água, implantação de trilhas para o
157 ecoturismo, aí vem o último inciso que é o 11 que diz que outras ações de atividades
158 similares reconhecidas como de eventual e de baixo impacto ambiental pelo conselho
159 estadual de meio ambiente, e aí que se encaixa a proposição técnica da SEMA, ela
160 quer encaixar como atividade similar, peculiar, característica do Estado do Pará esses
161 empreendimentos aí, esses tanques de criação de pesca de no máximo 3 hectares,
162 que não ultrapassem 5% da área de APP, quer dizer, tem todo um rigor, um critério.
163 Então uma rápida análise que eu fiz na resolução que nos foi encaminhado, eu
164 considerei pertinente a matéria e possivelmente será relatado de forma favorável a
165 este plenário, porém, precisamos reunir a câmara de assuntos pesqueiros, que eu lhe
166 confesso, é a primeira vez, eu não sabia nem que a FIEPA fazia parte dessa reunião,
167 porque durante os quatro anos nunca reunimos, eu sou membro de assuntos minerais
168 e da infraestrutura, então essa vai ser a primeira vez, mas já convidamos os colegas,
169 salvo engano, já tem a SAGRI, a FETAGRI e eu acho que a ONG IDA, salvo engano,
170 aí tem que confirmar, mas SAGRI e FETAGRI com certeza. Então nós já fizemos o
171 convite por e-mail e, no dia de hoje, entre hoje e amanhã, vamos confirmar pelo
172 telefone, a reunião vai ser aqui na SEMA, às 10h da sexta-feira, junto com a Dra. Lúcia
173 Porpino e a equipe técnica dela para ver se a gente consegue analisar e já ter um
174 parecer para submeter na próxima reunião ordinária do COEMA que eu creio que vai
175 ser no início de outubro. **Dra. Teresa Cativo:** Se todos concordarem, eu só queria
176 acrescentar que a SEPAQ está solicitando ser incluída já na condição de convidada
177 até que a gente possa reavaliar as câmaras técnicas. **Dr. Justiniano:** Já se sinta
178 convidado então para estar presente, como observador, interessado na matéria, na
179 próxima sexta-feira, às 10h, aqui na SEMA lá na sala da Lúcia Porpino. **Com a**
180 **palavra o secretário da SEPAQ Henrique Sawaki:** Eu só queria fazer um comentário
181 em relação à SAGRI, quando a SEPAQ foi formalizada automaticamente todas as
182 atividades de pesca que eram da SAGRI passaram para a SEPAQ, talvez nesse
183 ínterim aí que está ocorrendo é que tomaram o nome da SAGRI pensando que ainda é
184 a SAGRI que executa as atividades e nós gostaríamos que todas as atividades de
185 pesca e aquícultura a partir de agora, dentro do sistema, passe a ser para nós,
186 SEPAQ, que tem toda a responsabilidade dentro do decreto de criação, então
187 agradeço o convite e vamos participar dessa reunião. **Dra. Teresa Cativo:** Daqui a
188 pouco eu vou ter oportunidade de manifestar sobre algumas adequações que nós
189 estamos propondo na nossa estrutura funcional, aí eu acho que nós vamos
190 regulamentar algumas questões em Decretos e cabe a gente rever inclusive a questão
191 do conselho. Mais alguém sobre o assunto? Então aprovo o encaminhamento que foi

192 dado pelo senhor Justiniano. Prosseguindo, nós teríamos a apresentação do parecer
193 formulado pela câmara técnica de recursos agropecuários e florestais da resolução
194 que dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de atividades de manejo
195 florestal do Estado do Pará para ser apreciado e discutido nesta ocasião. Por favor,
196 relator Dr. Hildegardo. **Dr. Hildegardo Nunes representante da SAGRI:** Bem senhora
197 presidenta, da mesma forma que o item anterior, esta câmara técnica é composta pela
198 SAGRI, pela Federal da agricultura, pela federação dos trabalhadores da agricultura e
199 pelo IDA. Nós não tivemos condições de fazer a reunião na semana passada, mas
200 temos já da parte da SAGRI elencados os pontos que consideramos pertinentes,
201 alteração em cima da proposta que foi apresentada, mas eu solicito a este conselho
202 de que possamos ter um prazo maior, primeiro para reunir a comissão para ter o
203 posicionamento dos outros integrantes da câmara técnica e segundo, senhora
204 presidente, tem um assunto que acaba sendo recorrente e que tem a ver exatamente
205 com essa composição do conselho e das câmaras técnicas. Está em via de ser
206 editado, sob a liderança do IDEFLOR, um decreto que trata exatamente do manejo
207 florestal comunitário e por outro lado houve essa composição dentro do conselho que
208 trata praticamente do mesmo assunto. O IDEFLOR, da mesma forma que a SEPAQ,
209 como são órgãos de criação recente, não integram o conselho e nem as câmaras
210 técnicas, porque a época de suas criações não foi feita a adequação desta
211 composição do conselho e aí eu quero referendar a posição do secretário Sawaki de
212 que a SAGRI como no passado coordenava essa política aquícola e pesqueira, ainda
213 aparece a SAGRI como integrante das câmaras técnicas especificamente, porque do
214 conselho, naturalmente além da SEPAQ, a SAGRI tem um papel a desempenhar, mas
215 eu solicitaria este prazo, para que pudéssemos fazer a reunião da câmara técnica na
216 composição formal que está estabelecida, mas tendo o IDEFLOR como participante,
217 para já poder termos essa construção conjunta, até porque como já disse está em via
218 de edição pelo senhor governador esse Decreto que trata do manejo florestal
219 comunitário e aí não faz nenhum sentido nós termos uma posição do governo através
220 de um Decreto e estarmos trabalhando aqui em algo completamente fora da sintonia,
221 já que cabe ao IDEFLOR a política florestal no Estado do Pará por parte do executivo
222 estadual. Então era isso que eu queria trazer ao conselho e realmente reiterar a
223 importância dessa revisão da composição, pois, isso acabada trazendo problemas em
224 nossa funcionalidade por você ter órgãos que são os competentes, que tem em sua
225 missão institucional cuidar de determinados setores políticos, mas que não estão
226 formalmente integrados nem no conselho e nem nas câmaras técnicas, essa é nossa
227 manifestação senhora presidente. **Dra. Teresa:** O Dr. Netto pediu a palavra. **Dr.**
228 **Justiniano Netto:** Eu queria complementar um pouco a fala do secretário Hildegardo,
229 eu conversei no sábado longamente com o Dr. Colares que é o Diretor geral do
230 IDEFLOR, pois ele me ligou até preocupado com o possível sombreamento entre
231 aquilo que ele planeja desenhar de política florestal, e aí se inclui o manejo
232 comunitário, e uma eventual resolução deste conselho. Então eu expliquei para ele o
233 objeto dessa Resolução e ele por sua vez me explicou o objeto do Decreto. O Decreto
234 na verdade vai propor uma política estadual de manejo comunitário, ele não vai tratar
235 de procedimentos, são princípios, são questões genéricas, então não trata do
236 procedimento em si. De posse desse Decreto o IDEFLOR já até publicou o edital na
237 sexta-feira onde pretende contratar uma consultoria jurídica para elaborar uma minuta
238 de uma nova lei de gestão florestal no Estado do Pará. A nossa Lei em que pese não
239 ser antiga, a 6462, mas ela já está defasada pelo tempo, porque tivemos aí grandes

240 mudanças, grandes avanços, novos institutos como a concessão florestal e a nossa lei
241 acabou ficando para trás. Então, a idéia do IDEFLOR é fazer toda uma revisão
242 tratando do manejo comunitário, do manejo de florestas privadas e do manejo de
243 florestas públicas e aí eu expliquei para ele que essa resolução se propunha a
244 estabelecer um procedimento específico para exploração florestal nas áreas de
245 várzeas. Por quê? Porque com a revogação da IN 40 que foi feita pela SEMA e diga-
246 se de passagem uma revogação até necessária, pois realmente havia algumas
247 inconsistências naquela instrução, a principal delas é que não havia naquela IN 40 a
248 exigência de ART que é uma exigência básica, pois o artigo 15 do código florestal diz:
249 Que as floretas primitivas da Amazônia só podem ser exploradas mediante a projetos
250 técnicos e você não pode imaginar um projeto técnico, por mais simplificado que seja,
251 sem a presença de um responsável técnico e aqui está o nosso amigo Leal que
252 representa além da ONG suplente aqui também representa o CREA e muitas vezes
253 faz a defesa do CREA aqui dentro desse Conselho, então havia necessidade
254 realmente de ter uma ART por mais simplificado que fosse o procedimento. Nessa
255 resolução que está sendo analisada pelo COEMA, já há essa previsão, há o inventário
256 florestal simplificado e há sim um responsável técnico pelo projeto. Então qual é o
257 nosso problema hoje? Com a revogação da IN 40 nós não temos nenhum marco legal
258 para os ribeirinhos, sobretudo aqueles do Marajó que desejarem fazer um pequeno
259 projeto de exploração, e, diga-se de passagem, são projetos de 80, 100, 200 metros
260 cúbicos, é muito pequeno realmente o volume que eles exploram, mas hoje não tem
261 marco legal e nós estamos na entressafra do Marajó. A safra do Marajó é quando
262 chove, é quando a água levanta e ele consegue puxar a madeira, agora está na
263 entressafra, então se nós não tivermos, aí eu expliquei para o Colares, um marco legal
264 no máximo até o mês de outubro, estourando novembro, mas o ideal é até outubro,
265 para dar tempo de novembro, dezembro os ribeirinhos prepararem os seus
266 pequeninos projetos com apoio de prefeituras, com apoio de associações e apoio até
267 de empresas, submeterem a SEMA para que janeiro, fevereiro no máximo esteja
268 liberado, eles vão perder a safra de 2012. Aí eu expliquei ao Colares e ele entendeu,
269 se despreocupou e falou que não via problema nenhum, agora Colares, se no futuro
270 esse projeto de lei que vocês vão apresentar, que vai ser apreciado pela Assembleia,
271 votar algum procedimento que contraria essa resolução do COEMA, a resolução vai
272 ter que se adequar, porque uma lei estadual é superior a resolução do COEMA.
273 Então, só para deixar claro para o Hildegardo e para todos os conselheiros, eu creio
274 que não está havendo nenhum desconforto da parte do IDEFLOR e seria muito bom, e
275 aí eu achei excelente a sugestão do Dr. Hildegardo, que o IDEFLOR já pudesse
276 acompanhar essa discussão para que ele esteja bem a par do que está sendo votado
277 aqui e quem sabe até contribui com alguma sugestão, só para esclarecer. **Dra.**
278 **Teresa:** Mais alguém quer se manifestar sobre o assunto? **Dr. Armando Soares:** Eu
279 queria só chamar atenção de um detalhe muito importante dessa exploração que está
280 sendo tratada agora que é a proibição do corte da seringueira, pois a seringueira,
281 nessas áreas, está com a exploração parada e nós estamos fazendo um esforço
282 danado para ver se reativamos o seringal nativo e é preciso se ter cuidado, porque já
283 há uma proibição legal do corte da seringueira e eu queria só chamar atenção para
284 isso, para que se evite que se corte a seringueira enquanto a gente está fazendo um
285 esforço brutal para reativar a atividade. **Dra. Teresa:** Mais alguém? Está registrado
286 Doutor. **Secretário Hildegardo Nunes:** Sobre esse tema que foi suscitado pelo Dr.
287 Armando que representa a FAEPA neste conselho, na discussão que nós tivemos no

288 âmbito da secretaria, além da análise que nós fizemos da proposição que a FIEPA
289 encaminhou com relação a esta questão florestal dos ribeirinhos e que o Neto agora
290 esclareceu adicionalmente, a secretaria de agricultura está finalizando para
291 encaminhar a este conselho também uma proposição de alteração de uma resolução
292 que permite no caso a exploração dos seringais nativos, assim como outros produtos
293 que nós temos, a exemplo do açaí e do palmito, e aí eu quero narrar, porque estive
294 recentemente com algumas comunidades aqui da região do Combu, para o processo
295 do manejo do açazal há a necessidade da retirada de algumas estirpes para que
296 facilite e aumente o processo produtivo da fruta, hoje, pelo que existe em nossas
297 resoluções e legislações, o ribeirinho não pode aproveitar o palmito dessa retirada,
298 então ele joga fora, tem que estragar, porque não é permitido a ele comercializar esse
299 produto, fruto do manejo, então nós estamos propondo essa adequação, porque isso
300 faz parte dos tratos culturais necessários ao aumento da produtividade do açaí,
301 naturalmente com acompanhamento técnico necessário, então nós estamos
302 trabalhando exatamente nessa questão, adicionalmente à seringueira para que a
303 gente possa ter essas nossas culturas nativas produzindo renda para essas pessoas
304 dessas comunidades. **Dra. Teresa:** Obrigada secretario, eu acho que essa discussão
305 que se teve a respeito do projeto de licenciamento ambiental dos ribeirinhos é uma
306 pequena amostra do que é a nossa realidade em termo de marco regulatório, o que é
307 a nossa realidade em termo de competência institucional e a necessidade urgente que
308 nós temos de fazer revisões e adequações para que a gente possa minimamente
309 estruturar a atividade econômica nesse Estado. Eu vou me ater, vou focar exatamente
310 aquilo que nós estamos discutindo para não fazer uma análise gigantesca sobre o
311 assunto e é exatamente dentro disso que eu acho que é oportuno, que nós vamos
312 iniciar no item “o que ocorrer”, admitindo o que o secretário pediu, que então que fosse
313 postergada até a próxima reunião, já incluindo o IDEFLOR para fazer o trabalho mais
314 sincronizado, mas lembrem os senhores conselheiros que na reunião passada eu falei
315 sobre dois assuntos, um que eu toquei “*em passant*” já nesta reunião que é sobre a
316 nova estrutura da secretaria de meio ambiente e o encaminhamento que o governador
317 está tratando conosco sobre o assunto e uma proposta nossa que eu deixei pendente
318 para que nós pudéssemos discutir, deliberar na reunião de hoje, a partir do que eu
319 tinha levantado na reunião anterior, que é a respeito da descentralização ambiental
320 local, a questão dos municípios assumirem a condição de fazer a gestão local
321 acontecer. Do ponto de vista da SEMA, especificamente, quando veio para nós a
322 gestão florestal em meados de 2006, efetivamente a partir do ano de 2007, não foi
323 feita a adequação na estrutura do órgão compatível para receber essa nova missão,
324 então, muitas das dificuldades que se tem hoje, advém exatamente dessa falta de
325 adequação e conseqüentemente do perfil e do preparo das equipes técnicas que
326 capacitadas e a luz dos problemas do seu cotidiano vão propor a adequação e vão
327 propor o marco regulatório para poder fundamentar a licença da atividade. Então, isso
328 tudo nós estamos encaminhando nesse momento que nós consideramos de transição,
329 mas agora com a constatação de que se temos problemas de estrutura e estamos
330 tentando agora minimizar esse problema com a mensagem do governador que assina
331 esse decreto essa semana e encaminha à Assembleia Legislativa, por outro lado fica o
332 grande desafio com relação à legislação. A legislação ambiental, como eu digo, é
333 complexa, está aqui o Dr. Evaldo, o Dr. Jutiniano, que são pessoas que dominam e
334 estudam o tema e eu por necessidade de gestão começo a ler sobre a matéria, vejo
335 que ela é muito complexa e é como eu digo para o Dr. Justiniano, lacunar, na medida

336 em que ela é incompleta e tem que ir buscar mil recursos e às vezes você não acha a
337 citação nos marcos legais e ela é muito dura, sem contar que acaba tratando de forma
338 igual os desiguais. Então, eu acho que esse sim é o nosso grande desafio e ainda
339 mais observando que o governo federal ainda patina do ponto de vista de formatar
340 essa resolução que dê suporte para os Estados, e os Estados é que estão se
341 antecipando, então dentro de todo esse contexto é que nós estamos avançando aqui
342 na secretaria de meio ambiente, com essa proposta de mudança, pois ela vai trazer no
343 seu bojo um grande grupo que vai trabalhar a questão da legislação, que inclusive vai
344 ser objeto de escolha aqui dentro do nosso conselho, nós vamos agregar massa
345 crítica aqui e digo mais ainda, nesse momento, nós vamos realmente dar estatura e
346 condições de um instituto como o IDEFLOR ser efetivamente um instituto responsável
347 pelo desenvolvimento e gestão de florestas, que hoje nós ainda temos um limite que
348 acaba não sendo limite, ele é uma zona cinzenta, uma coisa meio difusa que acaba
349 levando a desconfortos ou a falta de informação precisa com relação a quem faz o
350 quê, mas eu queria pedir aos senhores um voto de confiança, pois nós estamos
351 avançando em cima desses problemas, estamos trabalhando em parcerias que eu
352 quero registrar, tanto com as ONG's, como a Federação da Agricultura, Federação das
353 Indústrias, dentro do conceito que o governador trabalha de pacto, onde estamos
354 pedindo colaboração, sim, para quem pode colaborar no processo e tentando avançar,
355 agora nós, pelo cotidiano, estamos convencidos da necessidade de avançar na
356 descentralização da gestão ambiental, o que tem na nossa proposta enquanto SEMA?
357 Nós estamos de um lado fortalecendo a desconcentração, as nossas unidades
358 regionais, porque elas é que darão suporte para a descentralização acontecer e de
359 outro lado pegando os municípios, e aqui eu tenho a relação dos mesmos, que já têm
360 o pedido aqui da antiga SECTAM na forma de Termo ou Autorização, para que nós
361 possamos liberar e já apresentar a documentação sobre as exigências do COEMA,
362 nesse sentido, para que a gente possa dar a ele a condição de exercer a
363 descentralização da gestão ambiental. Dentre as exigências do COEMA, do nosso
364 conselho, nós temos aqui sete exigências básicas, que eu já vou relembrar, onde a
365 primeira diz respeito ao seguinte: Ter implantado um fundo municipal do meio
366 ambiente que deve ser comprovado através da criação em lei da política do meio
367 ambiente, do decreto regulamentador, da conta corrente bancária específica e da
368 nomeação dos membros do conselho gestor; ter implantado e em funcionamento um
369 conselho municipal do meio ambiente com caráter deliberativo, tendo em sua
370 composição no mínimo 50% de entidades não-governamentais e aí dá o documento
371 de comprovação; Possuir nos quadros dos órgãos municipais do meio ambiente ou a
372 disposição dos mesmos profissionais competentes com perfil, habilitados para a
373 realização do licenciamento, exigindo a devida anotação de responsabilidade técnica
374 ou Conselho e aí diz como deve ser comprovado; Possuir servidores municipais com
375 competência e habilidades para o exercício da fiscalização ambiental e aí diz também
376 como deve ser comprovado; possuir legislação própria disciplinando o licenciamento
377 ambiental e as sanções administrativas pelo seu descumprimento e isso estaria então
378 dentro da política municipal do meio ambiente, tendo como referência o código
379 ambiental; possuir plano diretor de desenvolvimento urbano o município com
380 população superior a 20 mil habitantes ou lei de diretrizes urbanas para o município
381 que tiver população inferior a 20 mil habitantes; possuir plano ambiental aprovado pelo
382 conselho municipal de meio ambiente de acordo com as características locais e
383 regionais. Então eu li essas sete exigências para que a gente possa fazer uma

384 avaliação aqui no conselho, e eu estou também com todos os municípios aqui
385 relacionados, e eles são hoje em número de 36, seja por habilitação da gestão
386 ambiental a partir da nossa resolução nº 79/2009, seja pelo antigo Termo que era
387 quando a nossa SEMA ainda era SECTAM, então qual foi a proposta, aliás, qual a
388 proposta, melhor dizendo, que estou trazendo para o conselho para a apreciação dos
389 senhores, além do cotidiano nosso aqui na secretaria? Eu queria pedir desculpas e
390 vou passar a palavra para o conselheiro Amiraldo. **Conselheiro Amiraldo:** Ainda
391 sobre o assunto anterior da câmara técnica de recursos agropecuários, é assim, os
392 nossos principais problemas endêmicos hoje no Estado do Pará, vide, malária,
393 leishmaniose, doença de chagas e doenças endêmicas de modo geral, principalmente
394 essas, elas são decorrentes de uma ocupação desordenada e muitas vezes de
395 exploração desordenada de áreas florestais, então, a gente gostaria de subsidiar essa
396 câmara técnica, com apoio no sentido de que esse tipo de exploração, muito
397 importante para o Estado economicamente falando, fosse devidamente regulada,
398 apoiada no sentido de evitar que doenças como essas que eu citei não aumentem a
399 sua incidência. Na Ilha do Marajó, citada agora pelo Dr. Justiniano, um dos principais
400 problemas hoje é a malária, quase metade da malária do Estado do Pará, que não é
401 pouca, são mais de 100 mil casos por ano, são da área do Marajó, exatamente por
402 uma exploração desordenada do palmito, de madeira, em que as pessoas, os
403 ribeirinhos vão para as áreas sem nenhum ordenamento do município, não há
404 nenhuma legislação nesse sentido. Então, assim como em nível nacional, inclusive o
405 próprio CONAMA já tem legislação para a questão de novos assentamentos em
406 conjunto com o INCRA, eu acho que nesse sentido dessas questões de licenciamento
407 ambiental simplificado a gente poderia dar algum apoio para que se pudesse estar
408 evitando esses tipos de problemas, eu acho que é meio paradoxal, infelizmente aqui
409 no Estado do Pará a gente tem uma riqueza de recursos naturais imensas, mas ao
410 mesmo tempo, nós temos sérios problemas na exploração dessas riquezas
411 principalmente no que concerne às doenças endêmicas. Todos nós aqui sabemos que
412 é um dos grandes problemas ainda da Amazônia como um todo, que a gente
413 exatamente neste momento precisa criar legislações que minimamente evitem uma
414 exposição maior e conseqüentemente a gente tenha riscos a esses problemas
415 diminuídos. Então é isso que a gente queria colocar enquanto saúde pública, que eu
416 acho que é a forma, a gente fica até meio inibido, mas é meio complicado por que o
417 desenvolvimento, muitas vezes, econômico, ele traz sérios problemas de saúde
418 pública e a gente não quer inviabilizar o desenvolvimento, eu só acho que a gente tem
419 que se preocupar com as exposições, com os condicionantes, determinantes de
420 doenças em todos os processos que elevem ao desenvolvimento sócio-econômico.
421 **Dra. Teresa Cativo:** Eu queria agradecer, totalmente pertinente a sua colocação, já se
422 sinta, se todos concordarem, incluído nesse grupo, nessa câmara. Eu vejo assim,
423 cada vez que vem uma contribuição, uma colocação, como fez o conselheiro da
424 SESP, eu vejo a oportunidade que nós temos de fazer do Conselho Estadual de
425 Meio Ambiente, até pela natureza da questão ambiental, um grande fórum de debates
426 que nosso Estado precisa exatamente pela transversalidade que a gente trabalha da
427 questão ambiental. Então, talvez, as outras áreas setoriais sejam muito mais limitadas
428 e focadas, e eu só vou fazer, talvez, uma exceção aqui para área de ciência,
429 tecnologia e informação, que também, como a questão ambiental, é transversal. Mas
430 vejo que nós poderemos avançar bastante e discutir uma coisa que eu acho que é
431 fundamental, que é discutir o meio ambiente para o homem e para o desenvolvimento.

432 Uma das coisas que tem me angustiado quando vejo essas intervenções do governo
433 federal, não sou a favor, quero dizer aqui, de desmatamento, não sou a favor de
434 anarquia institucional local, nada disso, mas quando eu vejo, eu fico me questionando
435 sobre o desconhecimento de Brasília em relação sobre a nossa realidade. E aqui
436 sentamos nós paraenses, por adoção ou por nascimento, e queremos dar sim
437 soluções ao nosso Estado, e aí eu vou voltar para questão da descentralização da
438 gestão ambiental, com certeza, por ser no município que o problema acontece, é lá
439 que nós temos condições de fazer melhor a gestão ambiental local. Qual é o problema
440 que a secretaria tem hoje para fazer isso acontecer? E aí eu vou apresentar para os
441 senhores aquelas duas propostas que eu fiz na reunião anterior para a gente refletir e
442 tirar aqui um encaminhamento que a gente possa conseguir para fazer acontecer. De
443 direito nós teríamos então 36 municípios onde estão elencados os grandes e os mais
444 problemáticos que já teriam condições de fazer a gestão ambiental local, uns inclusive
445 reconhecidos aqui, mas que na prática a gente sabe que não tem as efetivas
446 condições dessa realização, mas eu penso se nós tivermos quatro condições exigidas,
447 como primeiro, a aprovação da lei do município; segundo, uma estrutura em cada
448 município para fazer a gestão ambiental; terceiro, o conselho e quarto, o fundo. Deixar
449 que o plano seja elaborado no próprio município por aquela equipe que vai ser
450 constituída pela exigência do conselho e pelo próprio município, por que senão nós
451 não vamos avançar, e aí, claro, a SEMA não pode se eximir da responsabilidade, até
452 porque, por delegação, isso passa ao município, embora a lei lá diga que seja de
453 competência dele o impacto ambiental local. Qual é a minha proposta? Que a gente
454 pudesse deixar esses quatro como exigências básicas e os outros como
455 condicionantes que nós sempre monitorássemos na condição de gestores e a SEMA
456 na condição de secretaria estadual, sempre monitorasse pelas suas unidades
457 desconcentradas o desempenho desses municípios, para evitar aquilo que eu digo, é
458 municipalização e não prefeiturização. E se nós concordássemos, a partir de hoje,
459 então, nós provocaríamos uma correspondência aos senhores prefeitos e eles teriam
460 um prazo de até 90 dias para responder a secretaria se têm ou não condições de fazer
461 essa descentralização acontecer no seu município. Porque hoje, gente, há uma falta
462 de estrutura, há uma desinformação e vêm aqui para nós na sema como se fossemos
463 lentos, inertes e o que é pior, tivéssemos atravancando o processo local. Então, eu
464 penso se nós tivermos uma política e aí tem um instrumento, e porque tem esse
465 instrumento? O próprio governo federal começou com o TAC da carne, depois com a
466 questão do desmatamento, tem o fundo Amazônia que disponibiliza equipamento,
467 capacitação para esses municípios e nós já listamos e já passamos inclusive para a
468 secretaria de produção hoje, para o secretário Sidney, que hoje já nem é mais
469 secretaria de produção, mas já passamos para ele todos os critérios técnicos que a
470 SEMA trabalhou para poder ao lado dos municípios da operação arco verde, que foi a
471 que substituiu, eu chamo entre aspas, porque foi a arco de fogo, depois vieram para
472 tentar minimizar o dano com a operação arco verde, nós já realizamos todos esses
473 estudos técnicos, eu tenho aqui inclusive uma cópia, mas não estou autorizada para
474 disponibilizá-lo porque isso faz parte de um trabalho cujo resultado é que vai dar
475 produto para a consultora poder realizar o relatório final e receber pelo produto, mas já
476 está aqui, inclusive, quem quiser pode vir aqui tomar conhecimento e conferir o que
477 nós estamos colocando, inclusive, mostrando que tem uma correlação muito forte
478 entre onde tem URE próxima e a descentralização da gestão ambiental, por isso que
479 por exemplo na Ilha do Marajó é zerado, não tem nada. Do nosso projeto nós estamos

480 propondo criar até 12 URE's, Ure's para fortalecer exatamente o processo de
481 descentralização. Então, para sintetizar, o que é que a gente precisa avaliar aqui no
482 conselho e caso seja de interesse do Estado, os senhores poderiam dar a mim o
483 conforto institucional que eu preciso ter para poder levar a ação em frente e que a
484 gente pudesse então dizer em nome ou aprovado por esse conselho, nós estaríamos
485 instando os municípios em um prazo de até 90 dias, manifestarem-se sobre a questão
486 do interesse em fazer a gestão ambiental local conforme a própria lei já o diz, para
487 isso o que é necessário? Aprovar a lei, aquilo que a resolução do COEMA já
488 estabeleceu, exigir os quatro principais; a lei, a estrutura, o conselho e o fundo, com os
489 condicionantes suplementares que são outras exigências que nós colocamos, como
490 plano diretor, plano de desenvolvimento urbano e assim por diante. Se isso for
491 possível, peço que os senhores reflitam, nós vamos fazer duas coisas ao mesmo
492 tempo; primeiro nós vamos formalizar o que hoje já acontece na informalidade;
493 segundo, nós vamos chamar os prefeitos para que eles possam assumir a
494 responsabilidade que lhe cabe, o que é bom para o prefeito, pois inclusive ele pode
495 arrecadar as taxas locais, agora tem situações de prefeituras que já externaram a nós
496 que não têm interesse em assumir, então esses que não tiverem interesse, o Estado
497 supletivamente continuará fazendo a gestão ambiental centralizada aqui no nosso
498 Estado, com os senhores a palavra. **Dr. Hildegardo:** Senhora Secretária, primeiro
499 quero manifestar o nosso apoio a essa proposição para adequação dos municípios,
500 até porque entendo que exatamente com a criação do conselho municipal você terá o
501 fórum adequado para fazer a análise desses planos que serão construídos localmente,
502 então creio ser muito mais eficaz para o processo todo ter as quatro exigências e
503 ficarem os planos como condicionantes para serem acompanhados pelo próprio
504 conselho que é uma pré-condição para esse processo de descentralização, mas eu
505 quero aproveitar, já que nós estamos no item "o que ocorrer", para falar exatamente e
506 aproveitar duas palavras que foram mencionadas, o impacto e a interferência federal
507 no nosso território. Eu estive no último final de semana agora, nesta quinta-feira, no
508 sul do Pará, mais precisamente no município de Xinguara, e dois episódios me foram
509 relatados e que me parecem que constituem nessa verdadeira balbúrdia institucional e
510 num ato de desrespeito a própria unidade federativa, primeiro; propriedades e
511 atividades, lá na região, com licenciamento ambiental da SEMA e que o IBAMA passa
512 por cima, desconhece e multa, segundo; o IBAMA que pode atuar supletivamente
513 quando o Estado não tem estrutura, começou agora a multar as propriedades pelo uso
514 de defensivos ou agrotóxicos, o que é competência da ADEPARÁ fazer essa
515 fiscalização e a ADEPARÁ está em 128 municípios do Estado, portanto não pode ser
516 alegada a falta de condição de fazer, até porque tem no quadro da ADEPARÁ
517 profissionais habilitados para fazerem isso, mas o IBAMA mais uma vez chega, passa
518 por cima da competência estadual, competência legal e está multando, autuando
519 proprietários rurais pelo uso de defensivos agrícolas, portanto, creio eu, que um dos
520 principais pontos é nós estabelecermos um diálogo com a União Federal e com o
521 IBAMA, principalmente. O que não dá para aceitar é esse tipo de situação, pois, se
522 tem um processo de licenciamento, que é rigoroso, que é exigente, feito pela SEMA, e
523 o IBAMA o desconhece, passa por cima e autua quem está trabalhando legalmente,
524 visto que tem o licenciamento necessário, isso tem que ser questionado. Se é na área
525 da produção, ele interfere nas atividades que são competências do Estado pela
526 ADEPARÁ e as coisas ficam verdadeiramente essa balbúrdia institucional e o setor
527 produtivo penalizado porque não sabe a quem mais recorrer, já que pensa que está

528 fazendo tudo legalmente quando licencia, mas de nada vale esse licenciamento aos
529 olhos do próprio governo federal. Então, acho que esse conselho, adicionalmente ao
530 esforço que o governo estadual precisa fazer, precisa ter impacto e um entendimento
531 com o governo federal e particularmente com o IBAMA com relação a esses
532 procedimentos que ocorrem em nosso território. **Dr. Carlos Xavier:** Secretária, em
533 forma adicional a senhora me permite. **Dra. Teresa:** Pois não. **Dr. Xavier:**
534 complementando a fala de sua excelência o Secretário de Agricultura, eu quero dizer a
535 Vossa Excelência que esse fato já narrado aqui por mim, o secretário minimizou, ele é
536 muito mais sério, eles estão aplicando aquele Decreto 6514 que nós estamos
537 levantando a inconstitucionalidade dele e que já foi dito pelo próprio Minc que é
538 inconstitucional, pois na hora que o IBAMA faz a autuação, ele apreende as máquinas
539 e já distribui as mesmas, é um negócio assim assustador, secretária, e que nós
540 precisamos tomar uma posição imediata em relação a isso. O IBAMA chega lá, autua,
541 prende as máquinas e depois as distribui e eu gostaria que a senhora levasse em
542 consideração essa denúncia aqui, pois ela é muito séria. **Dra. Teresa:** Deixa eu
543 colocar com a palavra o representante dos servidores da SEMA, depois o Dr. Zurita e
544 depois todos vão se manifestar sobre o assunto, mas eu queria só separar em dois
545 questionamentos, em duas condições. A primeira é a seguinte; nós temos procurado
546 nos articular com o IBAMA para tentar ver se minimamente nós conseguimos fazer
547 uma ação integrada para minimizar esse problema, agora penso que podemos sim
548 provocar pelo COEMA, mas que isso tem que ser uma posição de governo, para
549 depois não chegar e dizer que realmente é uma posição do Estado. Eu não digo de
550 Estado porque na dimensão federal é o IBAMA que assim procede, mas eu acho que
551 pelo Estado do Pará, pelo governo do Estado do Pará, e aqui nós temos vários
552 representantes, a gente pode puxar pelo COEMA, porque o IBAMA é a fiscalização do
553 órgão ambiental federal que, justificando o caráter supletivo, tem feito essas ações
554 aqui dentro do nosso Estado. Nós estamos procurando trazer o IBAMA para dialogar
555 conosco e uma das questões que foi colocada para mim pelo Dr. Sérgio Suzuki, que é
556 uma pessoa que está aqui, é um parceiro, foi: olha Teresa, tem determinadas coisas
557 que eu já recebo de Brasília a ordem, que não passam pelo IBAMA local. Então eu só
558 quero dar essa informação para também dizer a este conselho que nós estamos
559 próximos do problema, nós estamos chamando para dialogar, nós estamos tentando
560 minimizar alguns dos problemas por eles causados, eu quero dizer o seguinte, que em
561 relação aos municípios eles fizeram aí apreensões justificando que as mesmas tinham
562 sido em função de ausência de informação nossa, daqui, nós então corremos atrás,
563 inclusive, mandamos fazer uma vistoria rápida e estamos com uma outra vistoria em
564 Nova Ipixuna para tentar ver se a gente minimiza o problema, agora eu acho que ele
565 só se resolverá quando nós tratarmos na base. Então se os senhores concordarem
566 nós ficamos responsáveis por fazer, por elaborar um documento como provocação do
567 COEMA, mandamos a todos os conselheiros por e-mail, cada um dá a sua
568 contribuição e depois na próxima reunião a gente pode fechar como sendo uma
569 manifestação, uma provocação nossa em relação a esta questão. Mas têm quatro
570 pessoas inscritas, eu só queria lembrar que a despeito da oportunidade da discussão
571 do tema, que ela é nossa, é pertinente, é estratégica, é importante, nós estamos
572 naquele item que diz respeito à autorização do Conselho para que a gente possa fazer
573 avançar o processo de descentralização da gestão ambiental, com a palavra o
574 representante dos servidores da SEMA. **Toma a palavra o senhor Marco Antônio**
575 **Carrera:** Bom dia a todos, meu nome é Marco Antônio Carrera Ferreira, ou

576 simplesmente, Carrera. Eu sou um dos coordenadores do Sindicato dos
577 Trabalhadores da gestão ambiental do Estado do Pará que envolve o IDEFLOR,
578 represento os trabalhadores do IDEFLOR, da SEMA e das Secretarias Municipais do
579 meio ambiente. Bem, essa questão da descentralização para nós é vital, é
580 fundamental, pois passado 30 anos da aprovação da política nacional de meio
581 ambiente, nós temos em nosso Estado menos de 40% de municípios
582 descentralizados, em nível de País, os dados de 2005 do Ministério do Meio ambiente
583 chegam a menos de 50%, ou seja, na verdade quem tem assumido são os Estados, a
584 partir dos seus órgãos ambientais e quando os municípios já deveriam ter avançado
585 suficientemente. Infelizmente no nosso Estado nós encontramos ainda Prefeitos que
586 não querem, essa questão não é de querer, no nosso entendimento ela tem de ser
587 impositiva, porque em nível nacional nós temos a política nacional de meio ambiente
588 que determina que o município faz parte do sistema nacional de meio ambiente e tem
589 as suas competências. Aqui no Estado, este COEMA, já definiu a Resolução 79, que
590 estabelece todas as atividades de impactos locais que os municípios devem assumir,
591 portanto nós entendemos que não deve ser mais perguntado ao município se ele deve
592 ou não assumir, ele deve efetivamente assumir e que o Estado vá fazer atividade
593 naqueles municípios em que os prefeitos não querem assumir, porém, que cobre
594 desses municípios efetivamente pelos serviços prestados em seu território. O que não
595 dá é para o Estado que já dispõe de uma legislação ambiental, inclusive mais
596 completa do que de muitos Estados, continuar atuando naquelas atividades de
597 impacto local naquele município, isso é inadmissível e nós sugerimos a este conselho
598 que busque efetivamente criar mecanismo para que, progressivamente, esses
599 municípios cumpram a sua função constitucional, ela é constitucional! Então esse é o
600 primeiro elemento que a gente gostaria de colocar sobre a questão da
601 descentralização, o segundo aspecto da descentralização é que os municípios dizem
602 que há apenas ônus, mas tem um fundo municipal, é verdade, que é importante para
603 arrecadação e crescimento da receita do município, no entanto o fundo estadual de
604 meio ambiente também serve para dar suporte, porém, nesses últimos anos não tem
605 dado esse suporte aos municípios, deixando os mesmo aquém, de fora do acesso a
606 esses recursos fundamentais para desenvolver a política municipal de meio ambiente.
607 O terceiro aspecto desse processo de descentralização, é que eu tenho observado,
608 porque eu sou funcionário da SEMA e trabalho na diretoria de planejamento e estou
609 licenciado para o sindicato momento é que quando há a instituição desse processo no
610 sistema municipal de meio ambiente, há, via de regra, um isolamento do poder
611 executivo municipal em relação a sociedade, todo o arcabouço legal, o processo
612 constitutivo do sistema municipal de meio ambiente se dá de forma quase que
613 exclusiva pelo poder público local, ou seja, a dimensão ambiental é uma dimensão
614 para todos, sociedade civil, poder público e está na constituição que a sociedade
615 coletiva deve assumir também, o poder público tem que obrigatoriamente trazer,
616 convidar, estimular a participação da sociedade civil, o que via de regra não deveria
617 ocorrer. O que ocorre são algumas sessões para apresentar alguma coisa, ou seja, a
618 fragilidade do sistema perpetua lá na ponta e o sistema, seja ele estadual, como o
619 SISEMA, ou municipal, ou nacional, não vai dar conta de combater os vários crimes
620 ambientais, as infrações ambientais, se apenas o poder público estiver estruturado, ele
621 sozinho não vai dar conta. E é por isso que o IBAMA chega, ao contrário do que se diz
622 aqui, eu entendo que o IBAMA ainda se faz necessário e muito aqui, nós temos casos
623 e nós já apresentamos para a Secretária, de empresas no sul do Pará que com

624 licenciamento cometem crime ambiental, então, licenciamento de atividades não quer
625 dizer necessariamente que a empresa esteja operando legalmente do ponto de vista
626 ambiental, ela comete crime ambiental e como esta é uma atribuição comum a União,
627 ao Estado e ao Município, o IBAMA também cumpre o seu papel, mas agora isso
628 porque nós temos uma SEMA ainda que tem uma lacuna histórica, nós temos aqui
629 concursados, menos de duzentas pessoas, boa parte dos nossos funcionários com
630 doutorado, mestrado, especialização tem saído, procurado outros empregos, porque
631 aqui o que se ganha são R\$-545,00(quinientos e quarenta e cinco reais) e assim
632 quem é que vai ficar aqui? Nós temos uma estrutura que comporta 1.200 (mil e
633 duzentos) funcionários pela legislação e está no departamento de recursos humanos
634 esta necessidade, temos que abrir concurso público, a Secretária já se comprometeu,
635 mas para quantos? Se não for no mínimo à metade disso, nós vamos continuar com
636 essa lacuna e necessitando da intervenção do IBAMA, mesmo a gente regozijando e
637 não querendo essa intervenção, mas se faz necessária a ação comum pelo menos na
638 fiscalização, pois uma SEMA da dimensão territorial como a do nosso Estado não tem
639 um “helicopterozinho” para sair daqui, os nossos funcionários saem sem diárias, sem
640 condições de trabalho nenhuma para fazer operação de fiscalização. Então essa
641 dimensão da descentralização é fundamental e nós temos dito à secretária que é
642 importante e conta com nosso apoio, no entanto, precisamos envolver a sociedade
643 civil, precisamos efetivamente fazer com que esses municípios acessem o fundo
644 estadual de meio ambiente e a gente democratize essa relação. Por último, para
645 concluir, eu gostaria de dizer que a reforma que a secretária se refere aí, infelizmente,
646 em que pese nós termos tido muitas conversas com a secretária e esse é um lado
647 positivo dessa administração, diferentemente da anterior, mas nós servidores públicos
648 seremos afetados diretamente com isto, pois, não tivemos acesso a nenhuma
649 informação oficial sobre essa reforma. A secretária convocou uma reunião, é verdade,
650 com os servidores às 16h no Parque do Utinga, mas a maioria dos servidores trabalha
651 até às 14h, logo, foi impossível comparecer, porque a maioria das pessoas daqui tem
652 segundo emprego. Então efetivamente nesse sindicato tem uma cópia dessa minuta
653 que já vai para a Assembleia Legislativa e nós já fizemos oficialmente o pedido à
654 Secretária, até hoje não temos resposta. Esse Conselho tem uma importância
655 estratégica para discutir essa reformulação em detalhes e nós pegamos pelos
656 corredores uma minuta do projeto, onde lá abre brechas inclusive para terceirização
657 das atividades fins desta secretaria, nós achamos que isso pode ser perigoso demais,
658 muito perigoso, porque nós já vivemos esse processo anteriormente aqui com
659 terceirização, com venda de licenciamento, pseudo fiscalização em empreendimento.
660 Eu não estou dizendo que vai ocorrer, mas esta gestão passa e outros virão, portanto,
661 nós estamos sugerindo e apresentando a este conselho conforme conhecermos e
662 apropriarmos, melhorarmos ainda mais o conteúdo dessa minuta que foi ao
663 governador ou irar ao governador e depois à Assembléia Legislativa na forma de
664 projeto para que a gente aprecie. Porque não pode ser possível que um sindicato,
665 representante de uma categoria de base estadual, e a categoria dentro da principal
666 instituição que faz a política ambiental, sequer ser ouvido, sequer ter acesso as
667 informações que estão sendo constituídas, portanto apresentamos a este conselho,
668 porque é de competência desse conselho também discutir, não apenas ser informado
669 sobre a reformulação. Por isso que nós estamos sugerindo então como proposta
670 desse conselho e a secretária, que apresente a minuta por detalhe, não são as caixas,
671 as idealizações, concepção do projeto, mas efetivamente artigo por artigo. Estão

672 sendo criadas diretorias, estão sendo criadas assessorias, estão sendo criadas
673 secretárias adjuntas, está sendo criada uma produtividade onde o funcionário terá
674 acesso a essa produtividade só depois que alcançar setenta por cento, com o salário
675 de R\$-545,00, nós não temos mais condições de fazer mais coisas na situação em
676 que nós estamos, portanto, o sistema vai continuar assim, meio capenga, se nós não
677 melhorarmos as condições externas, já propusemos a secretária, vamos formar uma
678 comissão de PCCR, vamos chamar o concurso público e vamos fazer efetivamente o
679 debate dessa reforma. O que não pode é nós ficarmos aqui, servidores públicos com
680 muita capacidade aqui dentro instalada e não sermos ouvidos, temos uma consultoria
681 muito competente, quero frisar isto, muito competente. As mudanças são necessárias,
682 mas o método não está sendo democrático, não está sendo transparente e nós
683 particularmente servidores públicos desta casa não achamos que isso vá melhorar as
684 condições de trabalho, salário, para afetar na missão institucional dessa secretaria que
685 é efetivamente proteger os recursos naturais contra ações maléficas que se
686 desenvolvem no dia a dia no interior do estado, portanto, estamos deixando estas
687 duas sugestões, que venha a minuta para este conselho discutir e porque é a sua
688 competência fazer isso e que a secretária abra efetivamente e apresente essa minuta
689 para os servidores e que seja debatido isso aqui, porque se não fizermos isso aqui,
690 nós vamos fazer em frente à Assembléia Legislativa, dentro da Assembleia e nós
691 achamos desnecessário isto, já que nós temos um fórum tão plural, tão democrático
692 que é este aqui. Muito obrigado. **Dra. Teresa:** Eu queria pedir aos conselheiros que o
693 Dr. Evaldo está escrito e que tem várias pessoas escritas e que todas se manifestem,
694 mas depois, eu pudesse esclarecer os encaminhamentos que foram dados. **Dr.**
695 **Hildegardo Nunes:** Eu sugiro que a senhora, por favor, use o tempo que achar
696 necessário. **Dra. Teresa:** Então, é porque o Dr. Evaldo estava inscrito e eu não sei se
697 era por esse assunto ou se eu posso responder logo. **Dr. Evaldo:** Fique a vontade
698 secretária. **Dra. Teresa:** Eu acho que é muito bom que em uma sociedade
699 democrática a gente possa debater os temas que realmente são relevantes, e eu
700 quero dizer também que fui eu, enquanto secretária, que optei por ter como
701 representante do nosso servidor aqui no nosso conselho, o presidente do sindicato,
702 representante do sindicato, exatamente para estimular este tipo de debate e me sinto
703 totalmente confortável quando nas colocações que ele faz e ele mesmo explicita o que
704 é bom, o que não é, o que foi encaminhado, o que a gente tem que fazer. Não existe o
705 ótimo, não é isso? Mas a que eu tenha conhecimento, nós não tínhamos na gestão
706 anterior, nas gestões anteriores, com toda a ética que me cabe com relação aos
707 secretários passados, a gente não tinha essa oportunidade de ter o sindicato aqui
708 sentado. Agora, Carrera eu ia dizer para você o seguinte; primeiro, eu agradeço a sua
709 contribuição, porque dos cem por cento que você colocou, tirando aquela parte mais
710 inflada, como se você estivesse em uma reunião com os colegas, servidores e
711 precisasse se firmar enquanto sindicato, mas aqui estamos em um fórum menor, a
712 gente não precisa falar tão alto, mas aí eu acho que como estreante nesse fórum tudo
713 se justifica; segundo, eu lamento porque foi provocado por mim sim a reunião com os
714 servidores e quando o servidor se o interessa e quer participar, ele vai aos debates.
715 Nós temos tido uma administração descentralizada, aberta, estruturada, organizada,
716 agora, ninguém pode trabalhar com seriedade se não for com transparência, a
717 questão, por exemplo, que me incomodou da sua fala não foi nada do que você
718 colocou, o contexto, como se fosse uma proposta impositiva, o que não é. Os colegas
719 da casa sabem que não é, e se estivermos insatisfeitos, vamos debater na assembléia

720 Legislativa. O que eu estou é não perdendo a oportunidade, o momento histórico de
721 poder fazer avançar uma mudança significativa para o sistema estadual do meio
722 ambiente, porque se eu não colocasse no tempo devido não entraria este ano na
723 Assembleia e nós iríamos perder oportunidades. Então esse tem sido o meu papel do
724 ponto de vista de tentar construir um novo, dentro de uma celeridade maior. Com
725 relação aos fundos, recursos financeiros, a sua colocação, esta sim, não que me
726 incomode, porque a minha história de vida é o meu lastro, mas o que eu quero dizer
727 aqui é que hoje está na web, estão na nossa página da internet todos os recursos do
728 FEMA, inclusive ligados ao SIAFEN, para toda vez que houver movimentação possa
729 estar com transparência à movimentação a ser indicada. Agora para recurso de
730 compensação tem um regramento para o uso, eu só posso usar nas unidades para
731 onde o recurso foi estabelecido, tem a resolução do CONAMA que cria o SNUC e ela
732 é clara e eu não vou usar recurso de compensação onde não tiver o seu plano de
733 manejo, o seu grupo gestor e o plano de trabalho para ser utilizado e se isso incomoda
734 os servidores da casa, paciência. Essa é uma regra de gestão e digo mais, esses
735 recursos, eles não são recursos para serem utilizados pela SEMA, são recursos para
736 serem utilizados pela equipe, pelas diferentes secretarias de estado e aqui houve a
737 intervenção da SESPA e tantas outras, por quê? Porque ele tem que dar atendimento
738 aos efeitos, aos danos ambientais, sobretudo quando envolver a população tradicional.
739 Sei da mega-responsabilidade que significa gerir um órgão dessa natureza, mas
740 senhores conselheiros, transparência, moralidade, responsabilidade para mim não são
741 absolutamente qualidades de um gestor, são pré-condições para sentar em um cargo
742 de gestor público do nosso estado. Então os senhores podem ficar com certeza
743 informados de que tudo aquilo que nós discutimos no projeto de mudança, foi discutido
744 com uma consultoria externa de alto nível que passou oito anos como secretário de
745 planejamento do governo Aécio Neves, podia ser de outro governo qualquer, mas
746 estou dizendo oito anos como secretário de meio ambiente de uma secretaria de meio
747 ambiente de um Estado como Minas Gerais, foi Ministro de Estado, que junto com a
748 equipe está dando apoio para nós aqui. Fizemos diversas reuniões, agora,
749 convidamos os servidores, fizemos reuniões com diretores, coordenadores e gerentes,
750 alguns dos quais estão presentes aqui nesta sala hoje, mas não posso postergar uma
751 decisão, uma responsabilidade que é minha, porque se têm muitos ônus, que são todo
752 tempo colocados para nós todos, os bônus são mínimos, mas eles com certeza serão
753 gratificantes. Eu não quero fazer deste Conselho um fórum de lamentações, mas eu
754 quero dar ao conselho à responsabilidade que nos cabe, para também respaldar a
755 presidente do conselho com relações as ações que são tomadas, eu acho que quem
756 estiver insatisfeito, não tenho problema, já disse isso para os colegas que são do
757 sindicato, da associação, eu não tenho problema com relação a divergências, ao
758 contrário, divergindo novas idéias a gente cresce, mas uma coisa a minha gestão veio
759 para fazer, que é uma gestão transparente, estruturada e com a ética necessária para
760 poder avançar com uma proposta de política pública ambiental no Estado. Eu queria
761 mais uma vez agradecer a participação e o pronunciamento do Carrera, acho que
762 assim, fundamental, porque o sindicato vem na sua maneira de colocar e ele acaba
763 colocando aquilo que tem início, meio e fim e que às vezes o Conselho não toma
764 conhecimento que está nas nossa entranhas. Agora já disse para ele, não me cobra
765 questão salarial porque eu não tenho governabilidade para discutir sobre isso, não me
766 cobra outras questões que não se encerram aqui na SEMA, porque não tenho
767 governabilidade para falar sobre isso, então, nessa minha maneira de fazer o trabalho

768 acontecer, eu não vou ficar paralisada enquanto os cem por cento da Casa atestarem
769 o ótimo para trabalhar, o ótimo é inimigo do bom! E eu vou continuar sim, vou levar ao
770 governador a mensagem, o projeto não está ainda cem por cento concluído, mas
771 espero que em breve esteja e não vou me furtar da minha condição de Secretária,
772 apesar de que sou uma pessoa que me considero aberta, afável, tenho um jeitão meio
773 que de durona, mas a responsabilidade é minha e aí se os senhores conselheiros
774 tiverem alguma questão que não tenha sido clarificada podem se manifestar, se não
775 doutor Evaldo, por favor, com o senhor a palavra. **Dr. Evaldo:** Senhora secretária,
776 senhores conselheiros e demais pessoas presentes a sessão, eu devo dizer que saio
777 até um pouco frustrado dessa nossa reunião, porque eu gostaria de ter visto aprovada
778 essa deliberação deste Conselho, o que constava na ordem do dia e principalmente
779 essa questão do CCIR, do licenciamento rural simplificado, que é muito importante e
780 que está causando sério problema para o desenvolvimento do Estado e me causou
781 também uma certa preocupação a manifestação sobre a ocupação que existe no
782 nosso Estado e que isso estaria vinculada ao aumento das doenças consideradas
783 endêmicas de nossa região, que como o próprio nome diz são doenças endêmicas, ao
784 contrário, a população é que está sofrendo com isso, porque o governo federal, depois
785 que foi extinto um órgão chamado DNERU, que era o Departamento Nacional de
786 Combate a Endemias Rurais, não se tem assim uma política principalmente na região
787 amazônica de combate a esses vetores e além das doenças que são citadas, como a
788 leishmaniose, a malária, a febre amarela, que é outro caso muito sério que pode ir a
789 óbito, a raiva que aqui na região de Viseu e que está acontecendo sem que não aja
790 nenhuma política de combate ao vetor e isto está ocorrendo, além do caso da dengue
791 que é urbano, não é lá no interior é aqui dentro da capital! Então o que vemos não é o
792 problema da intervenção humana no interior, mas sim da inanição do Estado e da
793 União no que se refere ao combate aos vetores, ao combate a essas doenças para
794 que aconteça justamente o inverso, a ocupação, seja ela ordenada ou de forma
795 natural, porque às vezes o Estado também não tem como controlar a ocupação
796 natural, ele deve se esforçar para isso, mas às vezes ele não tem como fazer isso, ela
797 opta o mínimo de risco possível à saúde pública e um dos grandes entraves que o
798 Brasil encontra para melhorar o seu IDH é justamente a falta de política de combate a
799 essas doenças endêmicas aliadas a outros casos, como os casos de infraestrutura, de
800 água e esgoto, esses tipos de serviços que são precaríssimos no Brasil. A
801 manifestação que teve a respeito do IBAMA é uma coisa muito correta, o que está
802 acontecendo em relação ao IBAMA? Se o IBAMA fosse uma pessoa física eu diria que
803 ele está em uma crise existencial, mas como é um órgão público, eu vou dizer que ele
804 não está sabendo se portar de acordo com a nova ordem jurídica, os seus integrantes
805 ainda estão com uma mentalidade não atualizada, através das quais eles acham que
806 ainda podem fazer tudo, que são um órgão único, eles parecem que não entenderam
807 essa nacionalização da política de ordenação de meio ambiente e eles continuam a
808 fazer as coisas que eles faziam antigamente e que no momento atual já não é mais
809 adequado. Essa questão que o Dr. Carlos Xavier tocou do impedimento dos bens que
810 eles decretam de uma maneira extremamente arbitrária, sem dar chance de defesa e
811 para impedir que aja algum tipo de defesa, eles doam os bens à associações, isso se
812 constitui um verdadeiro abuso, se constitui uma violação constitucional ao direito de
813 propriedade, ao direito de presunção de inocência e tantos outros direitos que são
814 assegurados na nossa constituição e que não são adequados. Eu acho que a SEMA
815 como Estado tem que se posicionar, porque a intenção do IBAMA é continuar

816 mandando, fiscalizando onde ele não tem mais competência legal para tanto e esses
817 desmandos devem ser tratados sim e é uma obrigação nossa, obrigação deste
818 conselho velar por isso, porque quem sofre com isso é a classe produtiva e se faltar a
819 classe produtiva, vai faltar também para o trabalhador, é um efeito dominó, bate em
820 um, bate em todos, e nós não queremos ver esse tipo de coisa aconteça na realidade.
821 Nessa reformulação que se pretende que se faça na composição, eu falei na reunião
822 passada de que nós deveríamos pensar que este órgão é um órgão colegiado, que ele
823 deve ser representativo da sociedade civil e que obviamente tem que ter a
824 participação de alguns seguimentos do Estado que são muito importantes. Eu me
825 lembro que estava aqui até o secretário de segurança pública, Dr. Luis Fernandes, e
826 que é uma coisa inexplicável a secretaria de segurança pública não fazer parte do
827 conselho, assim como deve continuar a secretaria de saúde, já que estão, as duas,
828 diretamente ligadas a ocupação, principalmente como se refere a grandes projetos, do
829 que mais se teme do impacto ambiental não só da área do projeto, mas todo o
830 entorno, na área afetada indiretamente ou diretamente pelo projeto, é a questão de
831 saúde, são as transmissões de doenças e a questão da segurança pública, porque
832 onde tem dinheiro, tem gente circulando, tem problema de saúde, tem problema de
833 segurança pública e falei também que eu achava estranho que na composição deste
834 conselho tivesse representante da secretaria, porque a própria secretaria que faz as
835 suas políticas, a própria secretaria que determina como as coisas deverão ser, então
836 eu acho que não deveria ela mesma elaborar os seus planos e depois vir a votar, eu
837 acho que falta uma certa lógica nessa composição e eu tenho certeza que essa
838 questão salarial de funcionários, isso aí nós sabemos, tem um quadro do Estado que
839 estipula o quanto a secretaria vai pagar, não é a secretaria que estipula o quanto ela
840 vai pagar, o quadro é o quadro geral, a estrutura do Estado, a estrutura das
841 secretarias são absolutamente idênticas, então se houver uma mudança, esse
842 mudança tem que ser estrutural, tem que ser mudança do Estado, tem que ser uma
843 mudança por completo e não só aqui, agora, perda de técnico, perda da
844 movimentação do pessoal, isso é uma coisa natural, a pessoa sempre busca uma
845 coisa melhor para si e quando encontra, obviamente ela muda, ela vai para outro
846 órgão, abrindo vaga para outro que pretende, porque também, se tem gente
847 procurando cargo melhor, tem gente procurando algum trabalho para fazer, então eu
848 acho que nós temos que ter um pouco de cuidado ao tratar disso aqui, principalmente
849 porque eu acho que isso aqui não é bem o foro para se pleitear este tipo de coisa, isto
850 aqui é um órgão para tratar política ambiental, traçar planos, diretrizes de que o
851 governo deve fazer ou de que o governo pode permitir que se o faça. Na questão da
852 interiorização ou descentralização da administração da secretaria, eu concordo
853 plenamente com a manifestação, eu acho que isso deveria ser impositivo sim! Eu acho
854 que nós temos de trabalhar, obrigar os municípios a fazer, a criar e instalar as suas
855 secretarias, isso seria obrigado, eu acho até que essa diferença que se faz de número
856 de população não, porque eu acho que é uma questão de educação, de você mostrar
857 que todos têm essa responsabilidade ambiental, cultivar isso independente do número
858 de habitantes que se tenha no município e eu vou um pouquinho mais longe, a título
859 de sugestão, que seja fornecido meio aos municípios e obriguem aos municípios a não
860 vincularem as suas secretarias de meio a outras secretarias qualquer, pois eu conheço
861 município que tem a secretaria de meio ambiente e turismo, mas meio ambiente ele
862 não cuida não, então, formalmente eles têm e o que nós queremos não é que se crie
863 formalmente é que a estrutura da secretaria de meio ambiente municipal seja

864 absolutamente desvinculada de qualquer uma outra. **Dra. Teresa:** Eu queria agradecer
865 antes de passar a palavra ao conselheiro Fernando, eu só queria ao tempo em que
866 penso que todos nós incorporamos as suas palavras, as suas contribuições, só lhe
867 dizer com relação ao CCIR, esse trabalho que nós estamos fazendo, em que pese o
868 conselho hoje ter, até pela ausência de representante do Ministério, permanecido com
869 o processo com pedido de vistas, mas nós estamos nessa construção do processo de
870 desburocratização e na aprovação do projeto de regulamento das atividades
871 agrossilvipastoris no Estado, a exceção do manejo florestal e supressão, nós estamos
872 constando no Decreto para avaliação do governador, aceitação do protocolo do CCIR,
873 exatamente para não prejudicar a atividade produtiva do nosso Estado, está certo?
874 Então, em que pese nós discutirmos aqui no conselho a necessidade do INCRA
875 avançar com a emissão do CCIR, mas nós estamos criando condicionantes para que
876 isso possa, passando pela área jurídica do governador, ser superado aqui por nós.
877 **Após falha técnica no equipamento de gravação da Assessoria de Comunicação**
878 **(ASCOM) da SEMA, a partir deste trecho, a Ata passa a ser interpretativa.** Após
879 as manifestações dos conselheiros e alguns convidados, nada mais foi deliberado,
880 uma vez que se decidiu desde o começo da reunião a pauta, tal como, que o item que
881 tratava da composição da Câmara Técnica de julgamento foi aglutinado na própria
882 criação da Câmara que fará a revisão e adequação do regimento Interno, o que foi
883 aprovado pelos conselheiros. Sobre a possibilidade de liberação de licença apenas
884 com a apresentação do protocolo do CCIR com ou sem autenticidade do título a
885 presidente lembrou que na última reunião foi feito pedido de vistas pelo representante
886 do Ministério Público sobre assunto para ser analisado com mais cautela, o que foi
887 atendido, então a presidente submeteu aos conselheiros para saber se eles deixavam
888 em aberto o assunto a ser debatido naquele momento, até que o servidor do Ministério
889 Público, que estava ausente a reunião, pudesse se manifestar sobre o assunto e todos
890 aprovaram que seria melhor aguardar a manifestação do Ministério Público.
891 Finalizando o Conselheiro Justiniano Netto manifestou-se encerrando a reunião,
892 explicando os termos do novo Decreto que estava sendo debatido para estabelecer
893 normas para o licenciamento das atividades rurais fora da área de reserva legal e
894 APP, destacando que, considerando as metas definidas pelo Programa Municípios
895 Verdes, o Governo decidiu agilizar os processos da gestão ambiental, dinamizar a
896 socioeconomia, promover o desenvolvimento sustentável e atrair novos investimentos
897 para o Estado do Pará, através da Simplificação dos Procedimentos de Licenciamento
898 Ambiental das Atividades Rurais. O licenciamento ambiental das atividades realizadas
899 nos imóveis rurais é de competência compartilhada entre a SEMA e os órgãos
900 ambientais municipais, que cuidam das atividades de impacto local. A SEMA poderá,
901 mediante convênio, delegar poderes ao órgão ambiental municipal para licenciamento,
902 cuja competência seja de âmbito estadual. Por isso, é importante que os municípios
903 estruturem seus órgãos ambientais para assumirem seu papel licenciador, pois essa
904 também é uma das diretrizes do Programa Municípios Verdes – PMV, lançado pelo
905 Governo do Estado. Antes o produtor rural precisava percorrer, no mínimo, 12 (doze)
906 etapas para ter sua atividade autorizada pela SEMA, o que onerava a produção e
907 atrasava o início da regularização das áreas de reserva legal e APP. Com o novo
908 Decreto Estadual que simplifica os procedimentos de licenciamento ambiental, o
909 produtor rural terá sua atividade autorizada em apenas 4 (quatro) etapas, quando
910 receberá Autorização de Funcionamento - AF com validade para 1 (um) ano. Depois,
911 já com sua atividade autorizada, precisará de mais 6 (etapas) para obter a LAR-PA

912 com validade de 05 (cinco) anos. Porém, a tramitação da LAR-PA também será bem
913 mais rápida, já que a SEMA instituirá um modelo de Relatório Ambiental Simplificado
914 (RAS) e permitirá que o produtor rural apresente, no protocolo do pedido da licença,
915 todas as peças técnicas necessárias para o deferimento do seu processo. Com isso, o
916 produtor rural não precisará mais esperar que a SEMA o notifique para apresentar
917 documentos ou projetos que serão exigidos no decorrer do licenciamento. E a SEMA
918 diminuirá a necessidade de produção de laudos técnicos, limitando-se a conferir a
919 precisão e veracidade dos projetos e informações apresentadas pelo produtor rural. A
920 SEMA também simplificará os procedimentos de plantio, colheita e comercialização de
921 florestas plantadas fora da área de reserva legal e APP, baseada no que estabelece o
922 art. 12 do Código Florestal (Lei 4.771/65). Com isso, ganha o meio ambiente, pois o
923 reflorestamento proporciona inegáveis vantagens ambientais e também o produtor
924 rural, que terá mais estímulo para investir nesta atividade, que é tão ou mais lucrativa
925 que outras formas de uso do solo. Assim, a partir da nova política de simplificação do
926 licenciamento ambiental, o plantio, colheita e comercialização de espécies florestais
927 plantadas, nativas ou exóticas, fora da Reserva Legal e da APP estarão dispensadas
928 de projeto e vistoria prévia. A SEMA poderá, a qualquer tempo, realizar vistoria técnica
929 nos plantios. Para a colheita e transporte o produtor deverá apresentar na SEMA a
930 Declaração de Colheita e Comercialização – DCC. Os produtos in natura, de florestas
931 plantadas, nativas ou exóticas estarão dispensados de GF, devendo ser
932 acompanhados de: Nota Fiscal – NF , Cópia da Declaração de Corte e Colheita – DCC
933 e Licença Ambiental Rural - LAR ou CAR. Haverá exigência de projeto técnico e
934 autorização de corte para os plantios nas seguintes condições: □ Os plantios florestais
935 realizados dentro da área de Reserva legal e APP; □ Aqueles destinados à
936 geração de créditos ou vinculados à reposição florestal; □ Os plantios de espécies
937 florestais nativas plantadas, constantes da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de
938 Extinção ou protegidas por lei; □ Aqueles cuja finalidade da colheita seja a
939 fabricação de carvão vegetal. A dispensa da GF para o transporte de espécies nativas
940 não valerá para as protegidas por lei e para aquelas cuja finalidade seja a fabricação
941 de carvão vegetal. O prazo para requerimento do Licenciamento Ambiental Rural
942 obedecerá o constante no Termo de Compromisso firmado entre a representação dos
943 produtores rurais, os municípios, a SEMA, o IBAMA e o Ministério Público Federal:
944 Propriedades acima de 3.000 mil hectares – até 28.02.2012; - Propriedades acima de
945 500 hectares até 3.000 mil hectares – até 30.06.2012; - propriedades até 500 hectares
946 – 31.12.2012. Para gozar dos benefícios da simplificação do licenciamento ambiental,
947 os produtores rurais deverão: - Se inscrever no Cadastro Ambiental Rural – CAR-PA; -
948 Requerer a Licença de Atividade Rural – LAR-PA; - Assinar o Termo de Compromisso
949 Ambiental para regularização dos passivos ambientais do imóvel rural, principalmente
950 nas áreas de Reserva Legal e APP; - Dar início ao processo de regularização
951 fundiária, quando necessário; - E, principalmente, não realizar qualquer desmatamento
952 ilegal no seu imóvel rural. Por sua vez, os Municípios deverão aderir ao Programa
953 Municípios Verdes – PMV e passar a monitorar e combater os desmatamentos ilegais
954 em seu território, atuando também de forma pró-ativa, licenciando e estimulando as
955 atividades sustentáveis em seu município. A partir da publicação do decreto que
956 simplifica os procedimentos de licenciamento ambiental, comprovada a ocorrência de
957 novos desmatamentos ilegais nos imóveis rurais, a SEMA poderá suspender a licença
958 em vigor ou inibir sua emissão até que o dano seja plenamente recuperado, sem
959 prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais decorrentes da infração

960 ambiental. Em suma, estas são as novidades que o Decreto que está sendo discutido
961 trará para o processo de licenciamento ambiental. E, retomando a palavra a
962 **Secretária Teresa Cativo** deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de
963 todos.

964

965

966